

A.I. Nº - 272466.0010/19-7
AUTUADO - FRANCISCO OTÁVIO SPÍNOLA CASTRO EIRELI - EPP
AUTUANTE - RENATO AGUIAR DE ASSIS
ORIGEM - IFMT SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 19.08.2020

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0201-06/20-VD

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS NO PRAZO REGULAMENTAR, REFERENTE A OPERAÇÕES ESCRITURADAS NOS LIVROS FISCAIS PRÓPRIOS. Infração apurada com base na Escrituração Fiscal Digital – EFD e Notas Fiscais Eletrônicas – NF-e. O sujeito passivo apresenta comprovação de pagamento, via parcelamento, de parte do valor apurado, anteriormente ao início da ação fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 26/03/2019, exige do Autuado ICMS no valor histórico de R\$75.913,48, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 02.01.01: deixou de recolher o ICMS no(s) prazo(s) regulamentar(es), referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios.

Enquadramento Legal: art. 2º; inciso I e art. 32 da Lei nº 7.014/96 C/C artigo 332, inciso I do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012. Multa prevista no art. 42, inciso II, alínea “f” da Lei nº 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Autuado apresenta peça defensiva com anexos, às fls. 14/52, alegando que, no ano de 2014, teve grandes dificuldades para se adaptar ao SPED FISCAL (ICMS e IPI), referente ao EFD – Escrituração Fiscal Digital, por causa da sua grande complexidade. Prossegue afirmando que o SPED FISCAL, apresentado para o Fisco, não reflete a realidade do movimento mercantil e de sua escrituração fiscal e contábil.

Aduz que sua contabilidade apurou o ICMS pelo sistema tradicional do livro de registro de entradas, de saídas e de apuração do ICMS, apresentando tabela com valores mensais a recolher no ano de 2014, os quais totalizaram um montante de ICMS devido no valor de R\$23.526,17. Acresce que parcelou este valor, por meio de parcelamento de débitos em 15 parcelas, porém não refletindo o que foi transmitido pelo SPED.

Esclarece que nos quatro primeiros meses de 2014, não teve ICMS a recolher, por motivo de crédito fiscal do estoque apurado em 31/12/2013, no valor de R\$11.818,69, quando migrou do SIMPLES NACIONAL para o regime de conta corrente fiscal.

Para efeito de comprovação, anexa cópia do resumo de apuração do imposto pelo regime conta corrente fiscal, o qual deveria transparecer no SPED FISCAL (ICMS e IPI) e solicita a autorização para retificação dos dados.

Finaliza a peça defensiva, requerendo a autorização para corrigir as irregularidades encontradas no SPED FISCAL, para que reflita a realidade dos tributos, conforme apurado de forma tradicional, vez que o erro está na informação do SPED e não no recolhimento.

Por sua vez, o Autuante presta Informação Fiscal (fls. 57/58) afirmando que não existem reparos a fazer, pois a defesa do contribuinte não apresentou provas cabais, que pudessem macular a presente ação fiscal. Tão somente alegou que o SPED-FISCAL não reflete a realidade do movimento mercantil e de sua escrituração fiscal e contábil, pois sua contabilidade apurou o ICMS pelo sistema tradicional de livros fiscais.

Informa que realizou auditoria do Conta Corrente do Impugnante, com base na escrituração Fiscal Digital – EFD e as Notas Fiscais Eletrônicas – NF-e e que, com a implantação do SPED-FISCAL, inexistente outra forma de escrituração (seja impressa, mecânica, etc). Acrescendo que todos os Demonstrativos de Débito, que embasam a ação fiscal, foram disponibilizados em mídia eletrônica para o contribuinte, e que os atos fiscalizatórios gozam da presunção de certeza e liquidez.

Finaliza a Informação Fiscal, afirmando que o lançamento foi cuidadoso, técnico e preciso, solicitando a procedência do auto.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

VOTO

O Auto de Infração em lide exige ICMS do Autuado no valor histórico de R\$75.913,48, e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

Inicialmente, constato que a descrição dos fatos no presente Auto de Infração foi efetuada de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente à irregularidade apurada, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos pelo Autuante. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais, e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. A defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranho aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

A descrição dos fatos trata da apuração de falta de recolhimento do ICMS, no prazo regulamentar, referente a operações escrituradas pelo Autuado nos livros fiscais próprios. Para tanto, foi lavrado Termo de Intimação para Apresentação de Livros e Documentos (fl. 04), em 07/01/2019, no qual foram solicitados: SPED FISCAL e CONTÁBIL; Livro Termo de Ocorrências; Notas Fiscais de Entradas e Saídas; NFe/NFC-e e Memória de Fita detalhe – MFD (ECF). Foi elaborada planilha de Auditoria de Conta Corrente (fl. 06) e Demonstrativo de Débito (fl. 02).

Cabe salientar que o procedimento do qual resultou a exação fiscal deu-se mediante regular aplicação de roteiro de Auditoria de Conta Corrente Fiscal, tomando por base os arquivos eletrônicos informados pelo sujeito passivo, contendo os registros de sua Escrituração Fiscal Digital – EFD, bem como nas suas NF-es de entradas e saídas, integrantes da base de dados da SEFAZ. A auditoria foi efetuada através de ferramenta fiscal, que não modifica os dados da movimentação empresarial registrada pelo contribuinte no Sistema Público de Escrituração Digital (fiscal e contábil) - SPED Fiscal, cuja cópia transmite aos entes tributantes. Tal sistema é o único legalmente permitido, cuja validade jurídica prova a favor e contra o contribuinte.

Ao analisar as peças constante dos autos, constato que na planilha elaborada pelo Autuante, referente à Auditoria do Conta Corrente Fiscal (fl. 06), baseada, entre outros documentos, na Escrituração Fiscal Digital – EFD do contribuinte, foi consignado como saldo devedor de ICMS, em 2014, o montante de R\$75.913,48. Enquanto que o Autuado, ao se defender, apresenta uma tabela (fl. 15), resultante de uma apuração realizada pela contabilidade nos Livros de Registro de Entrada, Saídas e Apuração do ICMS, cujo somatório dos valores mensais, concernentes ao mesmo ano, equivale a R\$ 23.526,17.

Constato, também, que o Autuado afirma que o SPED FISCAL, apresentado para o Fisco (fls. 36 a 47), não reflete a realidade do seu movimento mercantil e de sua escrituração fiscal e contábil e tenta comprovar esta alegação anexando cópias do Livro Resumo de Apuração do Imposto (LAICMS), fls. 18 a 29.

Cumprе ressaltar que a simples apresentação de cópias do Livro Resumo de Apuração do Imposto (LRA ICMS), posteriormente à ação fiscal, com valores divergentes aos informados mensalmente pelo próprio Impugnante para o fisco, no ano de 2014, por meio do SPED FISCAL/EFD, não tem o condão de elidir a acusação fiscal. Haja vista que não foram apontados onde estariam os erros de lançamento, sejam a débitos ou a créditos, que originaram as diferentes apurações mensais. Muito menos quais notas de venda ou de aquisições que deixaram de ser lançadas ou foram lançadas indevidamente.

Devo registrar que o Autuante informou que disponibilizou em mídia eletrônica para o contribuinte todos os demonstrativos que deram sustentação à ação fiscal (fl. 58). De posse desses elementos, deveria a defesa apresentar os documentos que entendesse comprovar a ocorrência de erro nos arquivos digitais ofertados, e não, simplesmente, apresentar nova escrituração.

Neste sentido, cabe destacar as disposições contidas nos arts. 140, 142 e 143 do RPAF-BA/99, a seguir transcritas:

“RPAF/BA - Decreto nº 7.629/99

(...)

Art. 140. O fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas.

Art. 142. A recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária.

Art. 143. A simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

(...)

Assim como, pertinente é transcrever o conteúdo do art. 153 do RPAF-BA/99:

Art. 153. O órgão julgador formará o seu convencimento atendendo aos fatos e circunstâncias constantes no processo, às alegações e argumentações dos autos e à apreciação das provas.

O Autuado alega ter realizado parcelamento dos valores de ICMS devidos em 2014, os quais foram apurados pela contabilidade e demonstrados em tabela (fl. 15). Para efeito de comprovação, anexou cópia de Documento de Arrecadação, cópia de Requerimento de Parcelamento de Débito e Consulta SIGAT (fls. 48 a 51). Registre-se que o Autuante, na Informação Fiscal prestada (fls. 57 e 58), nada mencionou a este respeito, contrariando, assim, o disposto no §6º do art. 127 do RPAF-BA/99 que dispõe: “ A informação fiscal deverá ser prestada com clareza e precisão, abrangendo todos os aspectos da defesa com fundamentação. ” (grifo nosso)

Consulta realizada no Sistema de Informações do Contribuinte (INC) da SEFAZ atesta que o Autuado, de fato, realizou o parcelamento de valores devidos de ICMS, relativos ao ano de 2014, em 10 parcelas, efetuando regularmente a sua quitação. Razão pela qual, deve ser efetuado o abatimento desses valores no Demonstrativo de Débito elaborado pelo Autuante (fl. 02). Os novos valores históricos de ICMS devido encontram-se descritos na tabela abaixo.

DATA OCORRÊNCIA	DATA VENCIMENTO	ICMS (AI)	RECOLHIMENTO VIA PARCELAMENTO	DIFERENÇA A RECOLHER
FEVEREIRO	09/03/2014	5.539,15	0,00	5.539,15
MAIO	09/06/2014	9.129,04	2.715,23	6.413,81
JUNHO	09/07/2014	1.084,74	759,02	325,72
JULHO	09/08/2014	2.191,62	1.634,48	557,14
AGOSTO	09/09/2014	26.188,88	14.472,65	11.716,23
SETEMBRO	09/10/2014	26.059,36	785,81	25.273,55
OUTUBRO	09/11/2014	5.720,69	3.158,98	2.561,71
TOTAL		75.913,48	23.526,17	52.387,31

De tudo quanto exposto, voto pela Procedência Parcial do Auto de Infração em lide.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração nº **272466.0010/19-7**, lavrado contra **FRANCISCO OTÁVIO SPÍNOLA CASTRO EIRELI - EPP**, devendo ser intimado o Autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$52.387,31**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 23 de julho de 2020.

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – JULGADOR